

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL: FILIAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO DISCURSO DO REUNI

L. A. DOS SANTOS¹, V. MELO²

Escola Estadual Deputado Rubens Canuto¹, EMEIF Imaculada Conceição²

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-5132-7343>¹

lavoisierdealmeida@hotmail.com¹

Submetido 31/03/2020 – Aceito 02/09/2021

DOI: 10.15628/holos.2021.9817

RESUMO

O artigo analisa as filiações sócio-históricas do discurso de otimização dos recursos físicos e humanos das universidades federais proposto pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Assim, a investigação busca identificar as condições de produção que sustentam esse discurso de otimização, tendo em vista que nele se escancara a ideia de que há recursos subutilizados, mal aproveitados ou desperdiçados em instituições que há tempos denunciam publicamente o sucateamento governamental e clamam por socorro. Para tal, à luz da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux, em articulação com o materialismo histórico-dialético, foram

analisadas as condições de produção que sustentam esse dizer. Ao longo do texto, demonstrou-se que, além de estar alinhado com as exigências do Capital de elevação precarizada do nível de escolaridade no Brasil, o discurso do Reuni também atualiza uma memória discursiva da reforma universitária de 1968. Assim, conclui-se afirmando que o Reuni caracteriza-se como o velho travestido de novo, na medida em que seu discurso de otimização é uma atualização discursiva da ideia de racionalização dos recursos materiais e humanos proposta pela reforma universitária da Ditadura Militar brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão universitária, Reuni, Otimização, Análise do Discurso.

EXPANSION AND INTERIORIZATION OF FEDERAL UNIVERSITIES IN BRAZIL: SOCIO-HISTORICAL AFFILIATIONS OF THE REUNI DISCOURSE

ABSTRACT

the article analyzes the socio-historical affiliations of the discourse of optimization of the physical and human resources of the federal universities proposed by Program to Support Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (Reuni). Thus, the investigation seeks to identify the conditions of production that support this optimization discourse, given that the idea that there are underused, poorly used or wasted resources in institutions that have long publicly denounced government scrapping and clamoring for help. To this end, in the light of Discourse Analysis affiliated with Michel Pêcheux, in conjunction with historical-dialectical

materialism, we analyze the conditions of production that support this discourse. Throughout the text, it is demonstrated that, in addition to being in line with Capital's demands for precarious increase in the level of education in Brazil, the Reuni discourse also updates a discursive memory of the 1968 university reform. Thus, it is concluded by stating that the Reuni is characterized as the old man dressed again, insofar as its optimization discourse is a discursive update of the idea of rationalizing material and human resources proposed by the university reform of the Brazilian Military Dictatorship.

KEYWORDS: University expansion, Reuni, Optimization, Discourse Analysis.



1 INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi uma política educacional voltada à expansão e interiorização da educação superior pública. Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Reuni faz parte das iniciativas de expansão da educação superior pública, sistematizada pelo Estado brasileiro, para as universidades federais no início do século XXI.

Essa marca temporal do século XXI remete esse processo de expansão a uma necessidade mundial, pois, em 1998 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lançou a Declaração Mundial sobre o ensino superior para o século XXI, ocasião na qual os países, em via de desenvolvimento, assumiram o compromisso de expandir a educação superior, facilitando o acesso a esse nível de ensino e inovando as formas de pensar e organizar os currículos:

- a) Em um mundo em rápida mutação, percebe-se a necessidade de uma nova visão e um novo paradigma de educação superior [...] o que requer, na maior parte dos países, uma reforma profunda e mudança de suas políticas de acesso de modo a incluir categorias cada vez mais diversificadas de pessoas, e de novos conteúdos, métodos, práticas e meios de difusão do conhecimento; b) As instituições de educação superior têm que educar estudantes para que sejam cidadãos e cidadãos bem informados e profundamente motivados, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas da sociedade, de procurar soluções aos problemas da sociedade e de aceitar responsabilidades sociais; c) Para alcançar estas metas, pode ser necessária *a reforma de currículos, com a utilização de novos e apropriados métodos* que permitam ir além do domínio cognitivo das disciplinas. Novas aproximações didáticas e pedagógicas devem ser acessíveis e promovidas a fim de facilitar a aquisição de conhecimentos práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise criativa e crítica, a reflexão independente e o trabalho em equipe em contextos multiculturais [...] (UNESCO, 1998, art. 9º, grifo nosso).

Havia, pois, uma necessidade de ordem mundial que pressionava o Estado brasileiro a realizar o processo de expansão da educação superior e uma demanda interna do país, tendo em vista que o Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010), em seu diagnóstico da educação superior, apontava para o dado de que a quantidade de pessoas que acessavam esse nível de ensino

[...] em relação à população de 18 a 24 anos é de 12% comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina [...] com 40% [...], ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e à Bolívia (20,6) (BRASIL, 2001, p. 33).

Diante das pressões dos organismos multilaterais, a exemplo da Unesco, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), como apresentado por Lima (2007, p. 51), e dos baixos índices internos em relação à educação superior, o Brasil tinha que urgentemente organizar sua estratégia para expansão e popularização desse nível de ensino.



Olhando para a experiência da reorganização da educação superior na Europa, por meio do processo de Bolonha, o governo brasileiro busca encontrar um modelo de universidade que realizasse “[...], como foi estabelecido na França, [...] uma expansão substancial do atendimento nas atuais instituições de educação superior, *sem custo adicional excessivo*” (BRASIL, 2001, p. 35, grifo nosso).

O *Processo de Bolonha* foi o caminho encontrado pela Europa para reestruturar a educação superior ofertada por suas universidades, organizando um modelo curricular-administrativo padrão para todas as universidades europeias. Esse processo – também chamado de acordo de Bolonha – consiste justamente no conjunto de ações ligadas ao ensino superior da Europa, pactuadas e acordadas pelos ministros europeus da educação na Declaração de Bolonha, de 19 de junho de 1999, que tinha por objetivo:

[...] aumentar a competitividade no Sistema Europeu do Ensino Superior. *A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem ser medidas através da atracção que a sua cultura tem por outros países. Teremos que garantir que o Sistema Europeu do Ensino Superior adquira um tal grau de atracção que seja semelhante às nossas extraordinárias tradições culturais e científicas* (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999, grifos nossos).

O Reuni, enquanto programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras, é orientado justamente por essa necessidade de responder às exigências da nova ordem mundial, isto é, as demandas formativas da sociedade globalmente mercantilizada. Sobre isso há uma vasta literatura, cabendo destacar como ilustrativos os trabalhos de: Deus (2008), Paula (2009), Araujo (2011), Rodrigues (2011), Gregório (2011), Melo (2011) e Fonseca (2013). Esses autores evidenciam que o movimento de revisão da estrutura acadêmica dos cursos, típico da expansão engendrada pelo REUNI, foi comum a todas as instituições federais de ensino superior do Brasil, seja nos *campi* já existentes – com a criação de novas entradas anuais e novos cursos –, seja nos novos *Campi* criados a partir do referido programa, realizando um forte movimento de precarização das universidades federais.

Essa precarização, segundo os autores citados acima, se dá pela falta de melhoramento e ampliação da infraestrutura das universidades para atender às demandas geradas pela expansão da oferta de vagas, sendo, então, concomitante a esse movimento de expansão, o sucateamento dos espaços físicos da universidade, a intensificação do trabalho dos técnicos e dos professores e a conseqüente diminuição da qualidade de ensino e desmonte da universidade enquanto *locus* de pesquisa, ensino e extensão.

Contudo, ao inserir-se na agenda educacional de caráter neoliberal, o Reuni filia-se discursivamente não apenas aos interesses do grande capital em sua empreitada de controle da formação da força de trabalho, como também, para isso, retoma uma memória discursiva da reforma universitária da Ditadura Militar: expandir a educação superior de forma barateada.

Assim, no presente texto, não objetivamos fazer uma investigação sobre o Reuni como política pública educacional, analisando sua função, estrutura organizacional, forma de implementação e funcionamento, potencialidades, limitações, desafios, etc. Sobre isso, já existe



uma bibliografia consolidada, conforme pode ser visto, a título de exemplo, nos trabalhos acima aludidos e em estudos como os de Arruda (2011), Lugão (2011), Weska (2012) e Santos (2016).

Aqui, concentrar-nos-emos na análise das vinculações sócio-históricas do discurso de otimização do Reuni, demonstrando que essa proposta de “fazer mais com menos” é, em última instância, a atualização de uma memória discursiva. Antes disso, porém, teceremos considerações breves sobre a perspectiva teórico-metodológica a partir da qual o estudo foi realizado.

2 DE ONDE FALAMOS: BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para analisar as filiações sócio-históricas e os efeitos de sentidos do discurso de otimização dos recursos físicos e humanos das universidades federais proposto pelo Reuni, a presente pesquisa orientou-se pelo referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux e ancorada no materialismo histórico-dialético.

Entendendo a “necessidade de se estudar o discurso como algo historicamente determinado” (CAVALCANTE, 2012, p. 290) no qual “[...] temos o social e o histórico indissociados” (ORLANDI; LAGAZZI, 2006, p. 14), partimos do pressuposto epistemológico elaborado por Marx, em sua “Contribuição à Crítica da Economia Política”, de que as relações sociais, em um movimento de determinação reflexiva, têm como base as relações de produção da sociedade:

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência [...]. Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; [...] A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Nesse sentido, analisamos o discurso oficial de otimização do Reuni, entendido como “[...] *melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais*” (BRASIL, 2007a, art. 1º, grifo nosso), a partir das condições e das relações de produção que estão presentes na trama da reforma universitária do segundo governo Lula da Silva (2007-2011) que, por sua vez, é determinada pelas relações de produção da sociedade capitalista no contexto neoliberal do Estado brasileiro.

Assim, entendemos que o discurso de otimização, imposto pelo governo às universidades federais, foi determinado pelas relações, interesses e forças sociais em disputa na sociedade brasileira. O materialismo histórico-dialético foi definido como referencial teórico-metodológico desta pesquisa, pois tenta explicar o real em sua dinamicidade, isto é, em suas contradições, rupturas e continuidades históricas a partir de suas relações de produção. Da mesma forma, entendemos que o discurso também tem que ser analisado a partir das relações de produção que o circundam, pois, segundo Magalhães (2003, p. 75):



[...] o discurso não é uma construção independente das relações sociais, mas, ao contrário, o fazer discursivo é práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitam sua objetivação.

Tendo a realidade uma lógica própria, o materialismo histórico-dialético a respeita para, desse modo, compreendê-la da forma mais objetiva possível: “assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento)” (PAULO NETTO, 2011, p. 21, grifos do autor). Na verdade, o pensamento não determina o *real* no plano ideal, mas o interpreta, tendo-o como ponto epistemológico/metodológico de partida:

O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. No método também teórico [da Economia Política] o objeto – a sociedade – deve, pois, achar-se sempre presente ao espírito, como pressuposição (MARX, 2008, p. 259, 260).

O materialismo histórico-dialético, ao tomar a realidade - em sua dinamicidade e contradição - como princípio do conhecimento verdadeiro, supera a dialética de Hegel que colocava o *ideal* como princípio epistemológico para se chegar ao verdadeiro conhecimento do real:

Quando Hegel concebe a riqueza, o poder do Estado, etc., como entidades alienadas do ser *humano*, concebe-os apenas na sua forma de pensamento abstrato do qual os objetos se encontram alienados e que eles confrontam com a sua pretensa realidade. [...] Toda a *história da alienação* e toda retratação da alienação se reduz, portanto, a *história da produção* do pensamento abstrato, isto é, do pensamento absoluto, lógico, especulativo (MARX, 2004, p. 176, grifos do autor).

Ao analisar as relações sociais postas pelo capital, Marx conclui que a ligação existente entre pensamento e realidade invertidos está obviamente influenciada por fenômenos constituintes da própria realidade. Assim sendo, as formas fenomenais são constituídas pelo funcionamento do mercado e da concorrência nas sociedades capitalistas e encarnam uma manifestação invertida no que diz respeito à produção. Assim, afirma Karl Marx:

No mundo da concorrência tudo se apresenta invertido. A forma exterior das relações econômicas, tal como se apresenta na superfície dos fenômenos, em sua existência real e também, portanto, nas ideias com que os representantes e os agentes destas relações pretendem ver refletido nelas, difere muito e é, na realidade o inverso, o contrário à sua forma nuclear interior, ainda que oculta, à ideia que a ela corresponde (MARX, 1947, p. 260, grifos do autor, tradução nossa).

As análises de Karl Marx nos inspiram, então, para a definição de um caminhoteórico-metodológico para a compreensão do movimento antagônico, contraditório e invertido que o processo de expansão da educação superior, realizado pelo segundo governo Lula da Silva, coloca em movimento na história do Brasil. A partir do materialismo histórico-dialético, entendemos a



necessidade de se levar em conta a realidade sócio-político-econômica na qual se dá esse movimento de expansão da educação superior e as reais condições de produção que realizam tal movimento para, assim, podermos entendê-lo em sua dinamicidade e contradições históricas. Pois, como destaca Lima (2012, p. 627): “a gênese e o desenvolvimento da Educação Superior no Brasil são atravessados e constituídos pelas relações econômicas, políticas e ideoculturais estabelecidas historicamente em nossa formação econômico-social”.

Na verdade, uma pesquisa científica que não considera a realidade material de seu objeto, isto é, a formação socioeconômica na qual o fenômeno a ser estudado está encerrado e as condições de produção às quais o mesmo está submetido, fica condicionada a produzir um limitado conhecimento sobre seu objeto de estudo. Essa é, em essência, a crítica que Marx faz à análise filosófica dos neo-hegelianos, apontando o limite da mesma:

Os únicos resultados aos quais pôde chegar essa crítica filosófica foram alguns esclarecimentos histórico-religiosos [...]; todas as outras afirmações são apenas novas maneiras de enfeitar suas pretensões de ter feitos descobertas de alcance histórico-mundial, mas, na verdade, trata-se apenas de insignificantes esclarecimentos. Não ocorreu a nenhum desses filósofos indagar qual era a ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a ligação entre sua crítica e o seu próprio meio material (MARX, 2005, p. 43).

Fica claro, então, que qualquer pesquisa que queira haurir um conhecimento o mais próximo possível da realidade não pode levar em conta somente seu objeto em si. Ela deve levar em consideração o contexto sócio-histórico de seu objeto, isto é, a conjuntura que circunda e sustenta o mesmo:

A produção científica está diretamente relacionada às demandas do momento histórico, assim como às possibilidades oferecidas ao seu desenvolvimento. O conhecimento científico resulta da ação dialógica entre as complementaridades e antagonismos da razão, da experiência, da imaginação e da verificação. Esse conhecimento não pode, assim, de modo algum, ser dissociado da vida humana e da relação social (OLIVEIRA et al., 2003, p. 4-5).

É nessa perspectiva que elegemos a “contradição”, enquanto categoria do materialismo histórico-dialético, para a análise de nosso objeto em sua materialidade e intencionalidade dentro do processo de expansão da educação superior realizado pelo governo Lula da Silva, entendendo, a partir do princípio da contradição, que “uma coisa é e não é ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto” (PIRES, 1997, p. 84).

Nessa sociedade de relações invertidas, a reforma da educação superior no governo Lula da Silva realiza um movimento antagônico, contraditório e invertido na história dos sujeitos envolvidos com a mesma. Entendemos, pois, a necessidade de se levar em conta a realidade sócio-político-econômica na qual se dá a expansão da educação superior no Brasil e as reais condições de produção que colocam tal expansão em movimento para, assim, podermos entender seus sujeitos, suas vozes e seus discursos, em sua dinamicidade e contradições históricas. Identificamos, então, o discurso como algo colado à realidade. Não é determinado mecanicamente por ela, mas é afetado e atravessado por suas condições de produção:



Sendo produzido socialmente, num determinado movimento histórico, para responder às necessidades postas nas relações entre sujeitos para produção e reprodução de sua existência, o discurso carrega o histórico e o ideológico dessas relações (CAVALCANTE, 2012, p. 300).

Assim, ao movermo-nos no campo da linguagem, não articulamos apenas um conjunto de estruturas linguísticas (fonológicas, morfológicas, sintáticas...) que produzem efeitos semânticos, mas principalmente, segundo Pêcheux (1995), estabelecemos um processo discursivo a partir do qual as palavras, expressões e enunciados passam a significar conforme a posição ideológica consciente ou inconscientemente assumida pelo sujeito enunciatador. Desse modo, o discurso, entendido como “efeito de sentido”, só pode ser adequadamente identificado no interior das condições de produção que o sustenta, as quais, conforme Orlandi (2007, p. 30), podem ser pensadas em dois níveis: “[...] em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Nesse sentido, o discurso de otimização do Reuni como *condicio sine qua non* para o processo de expansão das universidades insere-se em condições discursivas amplas e restritas que precisam ser investigadas para melhor identificação de seus efeitos de sentidos. Para isso, recorreremos à categoria teórico-analítica da memória discursiva, entendida, segundo Florêncio et al. (2009, p. 79), como o “[...] lugar anterior, onde estão os já-ditos, prontos a serem convocados”. A escolha por essa categoria de análise justifica-se por ser a memória discursiva o componente das condições de produção do discurso responsável pela continuidade dos sentidos, seja através de sua repetição, reformulação ou ressignificação (PÊCHEUX, 1999, p. 49-57).

No caso de nosso estudo, ao analisarmos o discurso de otimização presente no Reuni, procuramos identificar quais sentidos ditos em outras épocas e lugares são convocados ou silenciados. Assim, tomamos como materialidades discursivas o Decreto n. 6.096/2007 (criação do Reuni) e a Lei nº 5.540/1968 (Reforma Universitária da Ditadura Militar), procurando demonstrar que o discurso materializado no Reuni caracteriza-se como um movimento de atualização de uma memória discursiva presente na reforma universitária de 1968: a expansão da educação superior brasileira de forma barateada.

3 O VELHO TRAVESTIDO DE NOVO: O DISCURSO DE OTIMIZAÇÃO DO REUNI E A ATUALIZAÇÃO DE UMA MEMÓRIA DISCURSIVA

Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Reuni tem como objetivo declarado: “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo *melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais*” (BRASIL, 2007a, art. 1º, grifo nosso).

Nosso objetivo, neste trabalho, não é fazer uma avaliação de desempenho do Reuni como política pública educacional, e sim, analisar as condições de produção que sustentam o discurso de otimização nas universidades federais proposto como objetivo pelo referido Programa, tendo em



vista que nele se escancara a ideia de que há recursos físicos e humanos subutilizados, mal aproveitados ou desperdiçados em instituições que há tempos denunciam publicamente o sucateamento governamental e clamam por socorro. Assim, concordamos com Silva Sobrinho e Cavalcante (2012, p. 102-103), quando os autores, ao analisarem o movimento de paráfrase entre o referido enunciado e o Plano estratégico para a Educação Superior do governo FHC, destacam:

As escolhas lexicais “melhor aproveitamento” e “otimização” possibilitam a leitura de um não dito que está implícito – a estrutura física e os recursos humanos existentes são suficientes, apenas não estão sendo bem aproveitados. Isso equivale a afirmar que as universidades públicas possuem estrutura física e recursos humanos ociosos. Donde se infere que melhor aproveitamento da estrutura física é aumento de alunos em sala de aula; otimização dos recursos humanos é sobrecarga do trabalho do professor e aumento de horas- aula, aumento de alunos por turma, aumento “quantitativo” da produção acadêmica.

Quais são, então, as condições de produção desse discurso segundo o qual haveria uma suposta ociosidade nos recursos físicos e humanos das universidades públicas? Que memória discursiva (o já-dito em outro tempo e lugar) é atualizada no dizer atual do Reuni? São essas as perguntas que procuraremos responder a seguir.

Tivemos, no Brasil, antes do Reuni com sua proposta otimização de recursos físicos e humanos e flexibilização curricular, o “Projeto Universidade Nova”, que apresentava uma proposta radical de flexibilização curricular cuja organização, em três ciclos, se aproximava bastante da modulação do ensino superior com diploma intermediário, proposta pelo Processo de Bolonha na Europa.

O primeiro ciclo, proposto pela Universidade Nova, é o do Bacharelado Interdisciplinar (BI), curso de formação geral com três anos de duração que, dividido em grandes áreas de conhecimento (Humanidades, Artes, Ciências e Tecnologias), funciona como uma introdução ao ensino superior (ALMEIDA FILHO, 2006).

O segundo ciclo é o da Formação Profissional em licenciaturas ou carreiras específicas. Nas licenciaturas, os egressos do BI estudariam de um a dois anos de formação específica para poder lecionar na educação básica. Já no caso das carreiras específicas, os egressos têm duas possibilidades, a saber: 1- Cursos profissionais de média duração e 2- Cursos profissionais de longa duração. Naqueles, a formação específica é de dois a três anos, habilitando profissionais de Enfermagem, de Administração e de Geologia; neste, de três a quatro anos, formando profissionais das engenharias, do Direito e da Medicina (ALMEIDA FILHO, 2006).

O terceiro ciclo é destinado à formação acadêmica científica, artística, e profissional da pós-graduação, oferecendo, a alunos com excepcional talento e desempenho, os cursos de mestrado profissional e mestrado acadêmico com a possibilidade de prosseguimento para doutorado, formação de pesquisador e/ou professor universitário (ALMEIDA FILHO, 2006).

Sendo uma proposta radical de reformulação da organização curricular do ensino superior, o projeto Universidade Nova teria sérias dificuldades de ser implementado. Por isso, surge o Reuni, incorporando elementos afetos ao projeto Universidade Nova, como uma possibilidade de tal



implementação (LIMA, et al, 2008, p. 23). Nesse sentido, é interessante destacar que Naomar Monteiro de Almeida Filho, idealizador da Universidade Nova, fez parte também do grupo assessor do Reuni.

Assim, é inegável a influência do Processo de Bolonha nas discussões do projeto Universidade Nova e desse projeto, por sua vez, no Reuni (2007) que, mesmo não propondo um modelo rígido para a universidade reorganizar seu currículo, como a Universidade Nova, impõe que todo processo de expansão deve se dar por meio de um modelo curricular flexível, orientado pelo princípio da otimização, isto é, “[...] pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007a, art. 1º).

Contudo, a otimização proposta pelo Reuni às universidades federais não é algo novo. Na verdade, essa proposta ativa uma memória discursiva¹ que nos remete à Reforma Universitária de 1968, cujos direcionamentos legais já impunham, às universidades federais, as sendas da otimização: “[...]As universidades organizar-se-ão [pela] racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos [...]” (BRASIL, 1968, art. 11). Como em 68, a ideia de expandir a oferta da educação superior pública por meio da otimização dos recursos é uma ferramenta utilizada pelo governo para ajustar a educação às necessidades do mundo do capital. Uma universidade otimizada torna-se uma “[...] prestadora de serviços e formadora da força de trabalho e do exército de reserva para atender às novas demandas criadas diante dos reordenamentos no mundo do capital” (LIMA, 2007, p. 52).

Apesar de todo argumento posto nos documentos oficiais do Reuni, defendendo que a flexibilização curricular, viabilizada pela racionalidade de recursos, surge com uma necessidade de adequar as instituições de ensino brasileiras às necessidades do século XXI, supostamente devido à falência do modelo monodisciplinar, as discussões acerca da adoção de um modelo curricular flexível já estavam postas no início da segunda metade do século XX. No debate sobre como se daria a reforma universitária de 68, o coronel Meira Mattos propõe a flexibilização curricular como solução ao problema da pouca oferta de vagas realizada pelas universidades federais cuja consequência era o aumento constante do número de excedentes, isto é, de jovens entre 18 e 24 anos que ficavam sem acesso ao ensino superior público gratuito:

[...] objetiva-se dar maior flexibilidade à composição de cursos e currículos, no propósito de reajustar a formação de nível superior às realidades do País. Quais são essas realidades? [...] a necessidade de atender a uma demanda cada vez maior, correspondente ao ritmo de crescimento populacional; o imperativo de adaptar os cursos e currículos às imposições do desenvolvimento nacional [...] (MEIRA MATTOS, 1967, p. 224).

Tal pensamento será materializado em uma proposta de formação por ciclos, “possibilitando, assim, aos estudantes de nível econômico mais modesto o acesso a um diploma superior intermediário [...] mantida a qualidade do curso” (MEIRA MATTOS, 1967, p. 226). O novo modelo de universidade pensado pelo governo militar na “Reforma Universitária de 1968” se

¹ Conforme Florêncio et al. (2009, p. 81), a memória discursiva corresponde “[...] ao lugar anterior, onde estão os já-ditos, prontos a serem convocados [...], não como uma repetição, mas como ressignificação”.



direcionou na via da racionalização de recursos. A partir da Lei nº 5.540, de novembro de 1968, é apresentada a primeira proposta legal de um modelo de universidade racional, flexível e eficiente, cuja dinâmica não sustenta nenhuma forma de ociosidade, seja ela humana ou física, pois, segundo o texto de lei da reforma universitária de 1968:

As universidades organizar-se-ão com as seguintes características: [...] d) *racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos*(BRASIL, 1968, art. 11, grifo nosso).

O governo brasileiro, no período de chumbo da ditadura militar, coloca mais uma vez em movimento a concepção dualista de educação proposta na Reforma Capanema, ensejada durante o Estado Novo: uma formação completa para as elites abastadas; outra intermediária, aos desafortunados:

Na reforma do ensino secundário estabeleceu-se que seu objetivo era a formação das elites condutoras. Ora daí se infere que o objetivo do ensino técnico seria a formação do povo conduzido. E, de fato, esse dualismo se expressou de forma rígida, pois apenas o ensino secundário dava direito de acesso, mediante vestibular, a todas as carreiras do ensino superior [...] (SAVIANI, 2011, p. 33).

Com o fim do Estado Novo, a Reforma Capanema propõe limites pedagógicos, a partir de um aparato legal-ideológico, para o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, tornando explícita, por parte do governo, uma postura classista no que diz respeito à oferta do ensino superior. A partir da década de 1960, essa concepção dual da educação torna-se velada, pois o governo assume o discurso de que a oferta da educação superior deve ser estendida a todas as classes. A questão a ser problematizada agora não é quem vai ter acesso à educação superior, mas sim que tipo de educação superior o governo deseja expandir para os sujeitos da classe trabalhadora. É possível supor que o Reuni seja, na atualidade, a mais expressiva tentativa de atualização desse discurso.

Meira Mattos propõe, aos menos favorecidos, uma formação superior intermediária, formada por um ciclo profissionalizante. A proposta do governo Lula da Silva para a expansão e democratização da educação superior, por meio do Reuni, remonta à ideia de Mattos de uma organização curricular em ciclos, já aperfeiçoada pelo Projeto Universidade Nova.

Dialogando historicamente com os diretrizes legais da reforma de 1968 que já apontavam na direção da “[...] *racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos* [...]” (BRASIL, 1968, art. 11, grifo nosso), o Reuni deixa explícito, em seu texto oficial, que a expansão da educação superior está obstinada a ser conduzida pela lógica da otimização, ou seja, “[...] pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007a, art. 1º), levando as universidades que criaram novos cursos de graduação ou reorganizaram suas estruturas curriculares, por ocasião de sua adesão ao Programa, a optarem por modelos de graduação da forma mais econômica possível.

Essa reorganização das estruturas curriculares se deu, em boa parte das instituições de ensino superior espalhadas pelos diversos estados da União, na perspectiva do que ocorreu no



chamado Processo de Bolonha - ressignificado no Brasil pelo projeto Universidade Nova - organizando seus novos cursos em bacharelados interdisciplinares ou sistematizando-os em troncos de conhecimento.

A universidade, ao adotar um modelo racional, econômico e flexível, no que diz respeito a custos, torna-se uma instituição instrumentalizada, comprometendo-se com o ensino em detrimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É nessa perspectiva que Rodrigues (2011), ao pesquisar o Reuni na Universidade Federal Fluminense, conclui que tal programa engendrou alterações substanciais na formação dos estudantes para o mundo do trabalho e no trabalho dos professores no interior da Universidade. O Programa apresenta-se, assim, como um mecanismo de aligeiramento da formação educacional, em nível de graduação, desarticulando a interlocução das atividades que constituem a universidade: ensino, pesquisa e extensão (RODRIGUES, 2011).

Para Melo (2011), o Reuni surge no cenário brasileiro dentro do contexto de cumprimento, por parte do governo, da agenda neoliberal a partir das necessidades globais do capital para manutenção do sistema capitalista em sua ordem mundial. A autora, ao analisar o Programa na Universidade Federal de Tocantins (UFT), evidencia que a referida universidade adotou em seu projeto, na dimensão referente à reestruturação curricular, os bacharelados interdisciplinares materializados na organização dos cursos em ciclos, tendo como objetivo criar uma estrutura que proponha:

[...] uma formação inicial capaz de levar os alunos à compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, e ao domínio de competências e habilidades de leitura, produção oral e escrita e conhecimentos contemporâneos (MELO, 2011, p. 110).

Tal reestruturação, segundo os dirigentes da UFT, iria atender às demandas e peculiaridades regionais do estado do Tocantins. Mas, ao analisar as propostas de reestruturação da instituição e como os professores que conviveram em suas atividades universitárias com a implementação do Reuni entendem esse processo, Melo (2011) conclui que a proposta de reestruturação curricular não alcançou seu objetivo.

Essa conclusão é sintetizada na fala de um professor do curso de Pedagogia entrevistado pelo referido autor:

[...] a UFT adotou o Bacharelado Interdisciplinar como forma de inovação, pensou-se que iam criar uma estrutura com anfiteatro, mas a estrutura que existe na universidade não é de anfiteatro, eles *simplesmente fizeram umas salas maiores* (MELO, 2011, p. 111, grifo nosso).

Essas *salas maiores*, elencadas pelo professor entrevistado, revelam justamente a lógica da otimização pensada pelo governo federal para a expansão da educação superior pública e gratuita: “[...] pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007a, art. 1º).



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, procuramos demonstrar que é falsa a ideia segundo a qual o discurso de otimização do Reuni se constitui algo novo no cenário da educação superior brasileira, e sim, caracteriza-se como um movimento de atualização de uma memória discursiva: a reforma universitária de 1968.

Com isso, não negamos que o Reuni, ao intensificar o movimento de expansão e interiorização da educação superior no Brasil, tem méritos que precisam ser pesquisados e defendidos. No entanto, o que buscamos fazer no presente estudo foi mostrar que a condição *sine qua non* para tal expansão foi a flexibilização de sua estrutura acadêmico-curricular, gerando uma série de complicações inerentes à essência da universidade. Pode-se entender, pois, a flexibilização curricular da universidade pública, proposta pela reforma neoliberal da educação superior – via Reuni, como uma adequação às necessidades do mercado e a concretização de uma universidade otimizada, como fora pensada por Meira Mattos no contexto da reforma universitária de 1968.

Sendo assim, concluímos destacando que o Reuni caracteriza-se como o velho travestido de novo, na medida em que seu discurso de otimização de recursos físicos e humanos das universidades federais é uma atualização discursiva que retoma a memória da reforma universitária da Ditadura Militar brasileira.

5 REFERÊNCIAS

- Almeida Filho, N. (2006). *Universidade Nova: proposta de reestruturação da arquitetura acadêmica do ensino superior no Brasil*. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/1363029852Naomar - Universidade nova.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.
- Araújo, R. S. (2011). *Implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira*. 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém.
- Arruda, A. L. B. (2011). *Expansão da educação superior: uma análise do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades federais (REUNI) na Universidade Federal de Pernambuco*. 2011. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Brasil. (1968). *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2014.
- Brasil. (2007a). *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 out. 2012.



- Brasil. *Reuni*. (2007b). Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acessado em 20 ago 2014.
- Cavalcante, M. S. A. O. (2012). A análise do discurso e sua interface com o materialismo histórico. In: Zandwais, A. (org.). *História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo.
- Declaração de Bolonha. (1999). *Declaração conjunta dos ministros da educação europeus*. Bolonha, 19 de Junho de 1999. Disponível em: http://www.ehea.info/Uploads/Documents/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf. Acesso em: 29 jan. 2015.
- DEUS, M. A. P. (2008). *Reforma da educação superior e gestão das universidades federais: o planejamento institucional na Universidade Federal de Viçosa*. 2008, 246f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Florêncio, A. M. G. et. al. (2009). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: EDUFAL.
- FONSECA, D. (2013). *O REUNI e a expansão precarizada da Universidade brasileira no contextodacrise estrutural do Capital*. 2013.144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- GREGÓRIO, J. R. B. (2011). *Política de pessoal docente no governo Lula: uma análise do REUNI na UFF e seus desdobramentos*. 2011. 259f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Lima, K. R. S. (2007). *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã.
- Lima, L. et al. (2008). O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36. Disponível em: <https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/avaliacao/a02v13n1.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2013.
- Lima, L. (2012). A educação superior no plano nacional de educação 2011-2020. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 625-256. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p625>. Acesso em: 14 jan. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2012v30n2p625>. Acesso em: 07 jul. 2013.
- LUGÃO, R. G (2011). *Consequências, limites e potencialidades na implementação do programa REUNI em IFES de MG: um estudo multicaso*. 2011. 72f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Magalhães, B. (2003). O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. In: Voese, I. (org.). *Linguagem em discurso*. Santa Catarina: Unisul.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular.



- Marx, K. (2005). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1947). *El Capital: Crítica de la economia política*. (Tomo III, vol. 1.) Pánuco: Fondo de Cultura Econômica.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret.
- Marx, K. (2011). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Melo, N. P. S. B. (2011). *Políticas públicas, financiamento e democratização da educação superior: avaliação do REUNI da Universidade Federal do Tocantins*. 2011. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Meira Mattos, C. (1967). *Relatório*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Netto, P. J. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Oliveira, E. (2003). Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional: Revista do PPGE da PUCPR*. Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27.
- Orlandi, E. P. (2004). *Autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. & L.R, S. (2006). *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes editores.
- Orlandi, E. P. (2007). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. (2. ed.) Campinas: Pontes.
- PAULA, C. M. (2009). *Neoliberalismo e reestruturação da Educação Superior no Brasil: o REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a Universidade à lógica do atual estágio de acumulação do capital*. 2009. 246f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (2. ed.) Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. (1999). Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas – SP: Pontes. p. 45-57.
- Pires, M. (1997). O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface, comunicação e saúde*, Botocatu, vol. 1, n. 1, p. 83-92.
- Rodrigues, V. S. (2011). *O REUNI como estratégia da contra-reforma da Educação Superior*. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Saviani, D (2011). A política educacional no Brasil. In: Stephanou, M. & Bastos, M. H. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.



- SANTOS, L. A. (2016). *Reforma universitária e flexibilização curricular: uma análise do REUNI no agreste alagoano*. 2016. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- Sobrinho, H. F. S. & Cavalcante, M. S. A. (2012). Das questões fundantes do discurso à instância da política: uma síntese de múltiplas determinações. *Leitura: Revista do programa de pós-graduação em Letras da UFAL*, Maceió, n. 50, p. 83-108.
- Unesco (1998). *Declaração mundial sobre o ensino superior para o século XXI: Visão e ação*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 26 jun. 2014.
- WESKA, A. R. (2012). *O programa REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora*. 2012. 92f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Santos, L. A. dos, Melo, V. (2021). Expansão e interiorização das universidades federais no Brasil: filiações sócio-históricas do discurso do Reuni. *Holos*. 37(5), 1-16.

SOBRE OS AUTORES

L. A. DOS SANTOS

Graduado em Letras e Filosofia, Mestre em Educação (PPGE-UFAL) e Doutor em Letras e Linguística (PPGLL-UFAL). Atualmente é professor de Língua Portuguesa da rede estadual de Sergipe e de Alagoas (SEE SE - AL) e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa Discurso e Ontologia - Gedon (PPGLL-Ufal). E-mail: lavoisierdealmeida@hotmail.com
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-5132-7343>

V. MELO

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas (2011) e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (2017). É Mestre (2016) e Doutor (2020) em Educação pela Ufal, professor de ensino fundamental na rede pública municipal de São José da Tapera, Sertão Alagoano, e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais - Xingó (ICS-UFAL) e do Grupo de Estudo Políticas Públicas: História e Discurso - GEPPHED (Cedu-Ufal). E-mail: melovalci@gmail.com
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-3037-142X>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: JORGE FILHO E SARA AMORIM



